

A Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes – da fundação às primeiras fusões (1893-1942)

Afonso Manuel Gonçalves Gomes

E-mail: afonsoaeb@hotmail.com

Resumo

A investigação presente tem como objetivo estudar a Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes desde 1893 – ano da sua fundação – até 1942 – ano das integrações com associações congéneres. Por meio da análise de fontes primárias pertencentes ao Arquivo Distrital do Porto, ao Arquivo da própria associação e de fontes hemerográficas da época, assim como de fontes secundárias, foi possível conhecer os motivos da sua fundação, os seus objetivos, o seu público-alvo; e os sócios existentes no primeiro biénio, distribuindo-os por género, lugar e ano; avaliou-se a evolução financeira da associação em determinados períodos de tempo da Monarquia e da 1.^a República, inclusive durante as epidemias de gripe espanhola e de tifo; produziram-se quadros sobre a admissão de associados e benefícios concedidos em determinados períodos de tempo, bem como sobre a tipologia dos benefícios concedidos e ainda sobre o valor dos mesmos segundo os estatutos de 1900 e 1916; por fim, constatou-se a integração de várias associações na Restauradora.

Palavras-chave: Restauradora, associação de socorros mútuos, mutualismo, associativismo, Avintes.

Abstract

The current investigation aims to study “Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes” from its foundation, in 1893, until 1942, year of its integration with similar associations. The analyses of primary sources of information which belong to “Arquivo Distrital do Porto”, the archive of the association itself and hemerographic sources of that time, as well as secondary sources of information, allowed to find out the reasons behind its foundation, their objectives, the target audience and the associates that existed throughout the first biennium, allocated by their genre, place and year; the association’s financial evolution was evaluated in certain time periods of the monarchy and the 1st republic, including the epidemics of the Spanish flu and the typhus; charts were created on the admission of partners and the benefits that were granted in certain periods of time, their typology and their value according to the constitutions of 1900 and 1916; at last, several associations were found to be integrated in “Restauradora”.

Keywords: Restorer, mutual aid association, mutualism, associativism, Avintes.

Introdução

Este trabalho de investigação debruça-se sobre a Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes desde finais do século XIX até aos anos 40 do século seguinte.

No que diz respeito ao estado da arte, destacam-se duas obras, *O Mutualismo em Portugal*¹ de Vasco Rosendo porque explica as fases da evolução mutualista em Portugal, bem como as normas legislativas decretadas, e *De Abientes a Avintes*² de Barbosa da Costa, Paulo Costa e José Vaz³, apontando a classe predominante em Avintes no final do século XIX – a operária – cujas dificuldades aborda. Também o artigo de José Manuel Araújo publicado na revista *Caminho Novo*⁴ foi crucial, uma vez que chama à atenção do nome “Restauradora”, podendo deduzir-se que pretendeu restaurar o movimento mutualista em Avintes. Foi ainda importante o artigo de Joaquim Costa Gomes, designado “A Vida Colectiva Avintense”⁵ por referir as fusões. O terceiro volume da *História de Portugal*⁶ de Oliveira Marques permitiu esboçar o contexto histórico.

No presente trabalho pretende-se indagar sobre o contexto em que surgiram as associações de socorros mútuos e como é que esse movimento se repercutiu em Avintes e também perceber as razões que levaram à fundação da Restauradora, os seus objetivos e os primeiros associados desta associação. Orientaram ainda este trabalho informações sobre a evolução do estado financeiro da Restauradora, sobre os associados e os benefícios concedidos ao longo dos anos, bem como as razões que levaram às integrações de 1942. Assim, após explicar a chegada das associações mutualistas a Avintes e proceder à sua identificação, pretende-se analisar a Restauradora, desde as bases da sua fundação, passando pelos sócios e benefícios de que usufruíam, até às suas primeiras integrações.

Foram utilizadas fontes arquivísticas. Começando pelo Arquivo Distrital do Porto, que foi essencial, pois permitiu o acesso aos estatutos de 1900 e de 1916 da Restauradora, onde constam os principais objetivos da associação e as tipologias de sócios e dos benefícios concedidos, e ainda uma carta da Comissão Administrativa da Restauradora para o Presidente da Comissão Liquidatária dos espólios das Extintas Associações da Classe Patronal. Por sua vez, o próprio Arquivo da Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes, cujo acesso foi facultado especificamente para esta pesquisa, embora não se encontre organizado. Entre a documentação compulsada, destacaram-se as

¹ ROSENDO, Vasco – *O Mutualismo em Portugal: Dois Séculos de História e suas Origens*. Lisboa: Montepio Geral, 1996. ISBN 972-96985-0-3.

² COSTA, Barbosa da; COSTA, Paulo; VAZ, José – *De Abientes a Avintes*. Avintes: Audientis, 2009. ISBN 978-989-96116-0-3.

³ Pois é uma obra mais atual e completa do que *Avintes e as suas Antiguidades* de Inocêncio Gondim e do que *Avintes na Margem Esquerda do Douro* de Ana Amaral.

⁴ ARAÚJO, José Manuel – Associação de Socorros Mútuos de Avintes. A Restauração da Restauradora. *Caminho Novo*. nº 33 (2017) p. 20-21.

⁵ GOMES, Joaquim Costa – Vida Colectiva Avintense. *Bombeiros Voluntários de Avintes*. p. 45-48.

⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*. 13.^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 1998. Vol. 3.

atas das direções e comissões administrativas dos vários anos que permitiram recolher informação sobre o estado financeiro da associação, a adesão dos seus sócios, os benefícios concedidos e sobre as fusões. Outros documentos deste arquivo que servem a investigação são o livro de quotas da Restauradora (1893-1894) porque tem informação sobre os sócios que se inscreveram na associação durante esse biénio e de que lugares eram provenientes; a caixa da Restauradora (1940-1954), uma vez que permite conhecer o fundo social da associação do último triénio que este trabalho aborda; as atas das sessões solenes da Comissão Administrativa da Nova Associação Restauradora para Socorros e Enterros de Avintes porque auxiliam a compreender o papel da associação face aos seus associados; e as atas das assembleias gerais da Associação de Socorros Mútuos Avintense e Serviço Fúnebre Familiar para Ambos os Sexos (1936-1942) pois facultam a sua visão da fusão com a Restauradora. Também houve o recurso a fontes hemerográficas – *O Comércio de Gaia* e *O Grilo de Gaia*, os quais ofereceram informações sobre as condições do povo de Avintes.

No que toca à metodologia usada, a informação foi recolhida quer manualmente quer em suporte informático, utilizando várias bases de dados organizadas consoante a sua proveniência, com o intuito de potenciar a análise e, assim, responder às problemáticas criadas. A análise efetuada foi de cariz quantitativo (admissão de sócios por género e local de residência) e qualitativo (interpretação dos estatutos da associação, compreensão do seu papel na restauração do movimento mutualista em Avintes, contextualização das fusões operadas no associativismo mutualista em função das determinações legais dos anos 1940).

1. A emergência do associativismo mutualista em Portugal e o caso de Avintes

Durante a primeira metade do século XIX, Portugal caracterizou-se por uma elevada instabilidade política e económica, causada sobretudo pelas invasões napoleónicas e, posteriormente, pelos embates entre absolutistas e liberais na década de 20, que terminou sob o poder miguelista, seguindo-se as guerras civis de 1832-1834 e de 1846-1847, o que originou problemas sociais graves. A par desta questão, verificou-se o desaparecimento ou perda da importância de entidades que tradicionalmente auxiliavam os mais necessitados. Refira-se, desde logo, a extinção das corporações religiosas em 1834, mas também o refluxo da ação das Misericórdias e de instituições de carácter religioso e assistencial. Como o Estado nada fez para debelar a situação, deu-se, neste contexto, o surgimento do associativismo mutualista em Portugal.

Foi face à inação do Estado nesta matéria que surgiram as primeiras organizações, que inicialmente se designavam montepios e que apenas singraram “graças aos esforços e à voluntariedade de um conjunto de homens de boa vontade”⁷, maioritariamente pertencentes à classe média, que pretendiam assegurar a sobrevivência da família direta dos sócios.

Já na segunda metade do século XIX, em grande parte mercê do clima de paz social e política trazido pela Regeneração e pelo Fontismo, assistiu-se ao crescimento do número de associações mutualistas e, conseqüentemente, do número de associados, o que permitiu a estas instituições alcançarem estabilidade financeira, que se manteve, apesar da crise económica pela qual Portugal passou nas últimas três décadas de Oitocentos e da instabilidade financeira ocorrida entre 1890 e 1892. Foi ainda neste período que as associações mutualistas passaram a denominar-se associações de socorros mútuos, sobretudo a partir da década de 70, embora algumas continuassem a utilizar a designação de “montepio”, “associação”, “sociedade” ou “caixa de socorros”. Contudo, esse termo foi tornado obrigatório por decreto de 28 de fevereiro de 1891.

Pode-se compreender, portanto, que as associações mutualistas passaram por duas fases no século XIX, a primeira marcada por uma fraca implementação, e a segunda caracterizada pela sua forte difusão, tendo sido já nesta fase que começaram a aparecer as associações de socorros mútuos em Avintes: a Associação Avintense e Montepio Fúnebre Familiar para Ambos os Sexos⁸ em 1889, a Associação de Socorros Mútuos Avintense e Montepio Pio Familiar de Ambos os Sexos Anexo em 1889, a Associação de Socorros Mútuos Avintense em 1891 e a Associação de Socorros Mútuos Restauradora para Enterros de Ambos os Sexos de Avintes em 1893, todas perseguindo fins idênticos.

⁷ ROSENDO, Vasco – *O Mutualismo em Portugal* p. 265.

⁸ Repare-se que esta associação não tem a denominação de associação de socorros mútuos porque foi fundada antes do decreto que o ordena. No entanto, os seus novos estatutos alteram o nome, passando a constatar a nova designação.

2. A Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Enterros para Ambos os Sexos de Avintes – uma instituição em prol da população avintense

2.1. Fundação e objetivos

A Restauradora foi fundada no dia 16 de julho de 1893, denominada, na sua ata de instalação, Nova Associação Restauradora para Socorros e Enterros de Avintes, designação que seria alterada para Associação de Socorros Mútuos Restauradora para Enterros de Ambos os Sexos de Avintes através do seu primeiro estatuto aprovado em 3 de janeiro de 1895.

A Restauradora custeava o funeral e/ou serviços com ele relacionados aos sócios falecidos e alguns dos seus familiares próximos, ou, em alternativa, oferecia-lhes subsídios em dinheiro para esses mesmos fins. Por sua vez, segundo o estatuto de 1900, os associados pagavam uma quota de 20 réis semanalmente para o cofre e outro tanto para o cobrador; pelo segundo estatuto de 1916 passavam a pagar 2 centavos por semana para o cofre e essa mesma quantia por mês para o cobrador.

Estas finalidades podem esclarecer a criação da associação; contudo, ao atentar-se no seu nome pode-se observar outra das causas, que é restaurar o movimento mutualista em Avintes. Segundo o jornal *O Grilo de Gaia*, na altura da sua fundação, as associações congéneres estavam constantemente em conflito e, por isso, esperava-se que esta nova associação – a Restauradora – seguisse um caminho diferente. No entanto, se a Restauradora não tomasse precauções, corria o risco de seguir o mesmo trilho que as restantes. Nesse jornal há também uma referência a um indivíduo que pretendia ser sócio da Restauradora e é criticado porque, em conjunto com um grupo de pessoas, difundiu calúnias sobre o fundador da Restauradora, aliás o mesmo que criara a Avintense, tendo esse homem ainda considerado o fundador “mau, porque não deixava sair do cofre o dinheiro dos pobres; mau, porque queria que o dinheiro das cobranças fosse entregue intacto; e mau, porque nunca deixou chegar as associações ao estado em que ele e os seus colegas puseram a Avintense”⁹.

Este excerto permite entender-se que existia o desejo de que a Restauradora cumprisse com retidão os seus objetivos e compromissos para com o povo de Avintes, ao

⁹ *O Grilo de Gaia*. n.º 51 (17.12.1893) p. 4. Todas as transcrições das fontes apresentam grafia atualizada.

contrário do que as anteriores estavam a fazer, sendo particularmente deplorável o estado a que uma delas chegou.

Conscientes destes factos, e decididos a evitá-los dentro da sua coletividade, os associados da Restauradora não se pouparam a esforços para assegurarem a transparência nos seus procedimentos internos, bem como a alta idoneidade dos seus elementos. A prova disso mesmo ficou registada nas atas de sucessivas assembleias gerais, a saber, em 10 de dezembro de 1893, e em 25 de fevereiro e 3 de junho de 1894. Os protestos dos associados lograram, não só, impedir a entrada, para o quadro de sócios da Restauradora, do mesmo indivíduo que tantos prejuízos causara à sua congénere Avintense, mas, também, a elaboração de uma lista de nomes de *personas non gratas*, cuja associação se impedia já, de forma preventiva.

A argumentação inscrita nas atas aponta no sentido de ser necessário manter a Restauradora livre de elementos que, comprovadamente, a viriam contaminar com a mesma falta de ética nas ações e a mesma carência de rigor nas contas, que haviam provocado a decadência financeira de outras instituições de assistência.

Duas ideias se destacam claramente da leitura das atas das assembleias gerais da Restauradora. Uma primeira ideia, voltada para o exterior da associação, que se refere ao mau exercício da gestão financeira no seio da maior parte das agremiações de socorros mútuos suas contemporâneas, e uma segunda ideia, que se refere ao funcionamento interno desta sociedade em particular, e que aponta para o facto de estarem, os associados da Restauradora, muito atentos ao que se passava à sua volta, e determinados em garantir para si um rumo mais limpo, mais sério e mais próspero.

Situação análoga também se constatou na assembleia geral de 16 de setembro de 1894, quando se apurou que determinados membros da Comissão Administrativa haviam reunido extraordinariamente de forma ilegal com o intuito de mudar a sede da associação para outro local, o que provocaria um prejuízo para o cofre; mais uma vez os sócios protestaram contra tal facto, evitando que a Restauradora sofresse danos. Paralelamente, constata-se na ata da assembleia geral de 10 de fevereiro de 1895 que esta associação apresentava o relatório de contas a todos os seus associados, enquanto outras, mais antigas, não o faziam, o que é um sinal de gestão transparente e séria. Por último, na ata da sessão solene de 22 de julho de 1894 diz-se que a Restauradora é o modelo das associações de Avintes; na de 21 de julho de 1895 que esta associação é a restauração do povo de Avintes, fazendo inveja às restantes associações desta terra; e na de 16 de julho

de 1899, que felizmente nesta associação não se via o mesmo que nas outras, cujas direções se consideravam “reis”, o que era errado, uma vez que pertencia ao povo.

Perante isto, pode-se concluir que a Restauradora veio realmente recuperar o movimento mutualista em Avintes, o qual estava de alguma forma degradado, sendo tal possível graças à cautela dos seus sócios e à boa gestão por parte dos corpos dirigentes, de modo a servir da melhor forma os seus associados.

Compreendidos os fins e razões que levaram à sua fundação, há que olhar agora para o seu público-alvo. Primeiro, deve-se ter em conta que todos os indivíduos, independentemente do seu género, idade ou nacionalidade, podiam ser sócios desta associação, sendo que as mulheres precisavam do consentimento do seu marido e os menores dos seus pais, desde que pagassem para a sua admissão (requerimento, diploma, estatuto e regulamento, e ainda a caderneta), as quotas e pertencessem à circunscrição social e administrativa que correspondia às freguesias de Avintes, Oliveira do Douro, Vilar de Andorinho, Pedroso, Olival, Canelas e Perosinho.

Nesta conformidade, todos os cidadãos que almejassem os fins desta associação podiam tornar-se sócios. Contudo, é preciso considerar o público-alvo a que estas associações se propunham auxiliar, que é sem dúvida a população mais carenciada. Através do jornal *O Comércio de Gaia*, verifica-se que parte do povo avintense pertencia às classes agrícola e piscatória. Dá ainda conta de Avintes ser uma “freguesia populosa, agrícola, artística, industrial, comercial e capitalista”¹⁰, o que é corroborado por *O Grilo de Gaia* ao caracterizar Avintes como uma freguesia de “comerciantes, industriais, operários, marítimos e agricultores”¹¹. Além disto, estes jornais mostram também determinados cenários da vida desta gente. O primeiro mencionado expõe o regresso de famílias que tinham emigrado para o Brasil em busca de riqueza e que vieram fracas de saúde e com poucos recursos, enquanto o segundo se refere ao “desgraçado do operário [que] gasta a féria, não se lembrando de sua família, que muitas vezes não tem um bocado de pão para matar a fome!”¹² e a “bêbados que trabalhavam durante toda a semana, a fim de ganharem os meios de subsistência para si e sua família, e vão perder em alguns minutos todo o produto do seu trabalho, não se lembrando das mulheres e filhos que

¹⁰ *O Comércio de Gaia*. n.º 18 (02.05.1897) p. 3.

¹¹ *O Grilo de Gaia*. n.º (22.09.1895) p. 2.

¹² *O Grilo de Gaia*. n.º 46 (12.11.1893) p. 2.

deixam em casa a morrer de fome!”¹³. Estas duas menções d’*O Grilo de Gaia* denuncia uma situação comum em meios operários: o alcoolismo.

Também os autores da obra *De Abientes a Avintes* auxiliam a comprovar esta ideia, ao referirem que “a classe que mais abunda é a operária. O operário é aquele que mais anda sujeito a moléstias, porque anda ao rigor do tempo porque a economia do sustento o debilita, a ponto de se verem aqui frequentes tísicas...”¹⁴ e por aludirem à ida de bastantes avintenses para o Brasil no final do século XIX devido à miséria; parte destes regressavam “à terra mais pobres do que partiram”¹⁵. Além disso, sublinham que as “condições de vida da classe trabalhadora avintense eram deploráveis”¹⁶, situação enfatizada num texto que reproduzem do periódico *Grilo de Gaia* que aborda a doença e a morte:

... Muitas vezes, a morte do operário é causada desta forma: o operário constipa; sente doer-lhe a cabeça, fica um dia em casa, toma um chá, e ao outro dia sente o corpo desenfadado julga-se curado e lá vai continuar a sua lide perpétua; a constipação vai tomando as suas proporções, e quando chega ao seu período, derruba segunda vez a vítima do seu trabalho; chega a casa amparado por outros infelizes, a quem ainda não tocou a sua vez; deita-se na sua humilde cama; toma outro chá, esperançado que ao outro dia pode ganhar o pão de cada dia... mas, desta vez engana-se; cada vez está pior; lembra-lhe um médico, mas o operário não tem os cinco tostões para a visita; espera que o tempo e descanso o restabeleça; passam-se dias; sente já a morte a desenhar-lhe no rosto os traços cadavéricos; lembra-lhe o fato domingueiro, como [tendo] de boa de salvação e chama o doutor que já não vem se não [a] aumentar miséria da pobre esposa, prestes a ficar viúva; o doutor receita, e visita mais oito ou dez vezes, e como única consolação, conforta-o para que receba os socorros espirituais que Igreja faculta, ao crente; ... o enfermo operário sabe que morre! ... vê a esposa com olhos nunca enxutos a molhar-lhe os lábios ressequidos pela febre! Vê os filhinhos a chorar sem saberem porquê, mas o operário compreende a razão deles! ... Sua... agoniza-se ... crava os olhos nos entes queridos que deixa na mais extrema miséria e... expira! ... Ouve-se o amargo pranto da angustiada esposa já viúva acompanhada com os gritos inconscientes dos tenros filhinhos: ... Entra-se nesta habitação de dor e não se encontra um real para alimentar os vivos nem para dar campa ao morto que vai...¹⁷.

Indubitavelmente, o público-alvo desta associação era o povo trabalhador, carenciado, que claramente passava muitas dificuldades e teria uma espécie de seguro pela associação, pois “depositava” lá dinheiro ao pagar a sua quota, e, posteriormente, era auxiliado nas difíceis situações da vida estabelecidas nos estatutos da associação.

Na própria ata da instalação da Nova Associação Restauradora para Socorros e Enterros de Avintes, evidencia-se a utilidade para os pobres, assim como para toda a

¹³ *O Grilo de Gaia*. n.º 35 (27.08.1893) p. 4.

¹⁴ COSTA, Barbosa da; COSTA, Paulo; VAZ, José – *De Abientes a....* p. 237.

¹⁵ *Ibidem*. p. 238.

¹⁶ *Ibidem*. p. 518.

¹⁷ *Ibidem*. p. 518.

comunidade local, de uma associação deste género e os grandes resultados que todos os associados podiam colher. Também na ata da reunião da assembleia geral de 10 de fevereiro de 1895 existe uma referência ao facto de esta associação visar o benefício do povo, desejando o bem-estar das classes menos abastadas e a luta pela prosperidade desta associação, pois só desta maneira podia ajudar o povo, uma vez que, se assim não fosse, os pobres necessitariam de pedir dinheiro à caridade para enterrar os seus familiares.

Este espírito de auxílio está igualmente patente na sua assembleia geral de 6 de outubro de 1898, já que demonstra a aspiração de a sociedade aumentar os donativos aos sócios em função do seu estado financeiro, através de uma reforma dos estatutos. Ou seja, quanto melhor fosse a saúde financeira da associação, mais e melhores benefícios poderiam ser usufruídos pelos sócios da Restauradora. Nas atas das sessões solenes desta associação manifestam-se também os relevantes e imprescindíveis serviços da Restauradora aos pobres, no que toca aos enterros e socorros, evitando, assim, que andassem a mendigar.

Conclui-se, pelo estudo destas atas que, embora a associação se destinasse a melhorar alguns problemas das classes pobres, não só estes se podiam tornar sócios, como também os mais abastados, não porque necessitassem do seu auxílio, mas para ajudar filantropicamente a associação em benefício dos pobres. Estes sócios são denominados sócios honorários, pois contribuem meramente para o lucro da instituição, não pretendendo retirar qualquer vantagem.

2.2. Primeiros associados (1893-1894)

Encontrado o seu público-alvo, repare-se agora nos sócios da Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes desde a sua fundação, a 16 de julho de 1893, até ao fim de 1894.

Quadro n.º 1 – Número de sócios da Restauradora por lugar e género (1893-1894)

Lugares	1893		1894	
	H	M	H	M
Aldeia Nova	0	0	1	1
Além do Ribeiro	5	1	6	0
Areias	11	6	7	4
Avintes	0	1	4	0
Azenha dos Campos	2	1	0	3
Balça	0	0	6	0

Cabanões	6	6	4	1
Campos	14	1	9	1
Chãos	3	0	0	0
Espinhaço	3	2	4	0
Febros	2	0	0	0
Fontiela	9	0	1	0
Igreja	8	5	2	0
Magarão	6	2	1	2
Outeiro	3	1	2	1
Portelas	26	2	10	11
Pousada	13	3	3	0
Quintã	8	4	4	3
Rego Pinheiro	32	4	20	10
Rio da Azenha	7	4	4	2
Rua Nova	18	7	13	7
Soutulho	1	0	0	0
Valeiras	6	2	3	0
Alheira de Baixo, Pedroso	0	0	3	0
Gervide, Oliveira do Douro	0	1	0	0
Outeiro, Oliveira do Douro	1	0	0	0
Vilar, Vilar de Andorinho	1	0	2	0
Subtotais	185 (78%)	53 (22%)	109 (70%)	46 (30%)
Subtotais (H e M)	238 (61%)		155 (39%)	
Total			393	

Fonte: Arquivo da ASMRA – Quotas Restauradora, 1893-1894

Como se pode ver no Quadro n.º 1, existiu uma maior adesão à Associação no primeiro ano do que no segundo, sendo também evidente em ambos os anos a predominância dos homens face às mulheres. Ainda assim, pode ver-se, por exemplo, que o número de mulheres no lugar de Portelas em 1894 superou o de homens. Constata-se igualmente uma esmagadora maioria de sócios pertencentes à freguesia de Avintes, especialmente do lugar de Rego Pinheiro, sendo escassos os das restantes freguesias. Embora José Manuel Araújo tenha afirmado que no ano da fundação foram admitidos 233 sócios, esta investigação apurou um total de 238.

É ainda importante mencionar que em 1890 Avintes tinha 5.100 habitantes e a Restauradora, no final do ano de 1894, tinha 393 sócios¹⁸, o que perfaz uma média

¹⁸ Apesar de não estarem presentes no Quadro n.º 1, devem-se acrescentar mais dois sócios ao total: um

aproximada de 1 sócio por cada 13 habitantes. Apesar deste número não parecer elevado, deve-se ter em conta que bastava estar um membro da família associado para outros serem beneficiados pela associação, pelo que podemos ver que o leque de pessoas abrangidas pela Restauradora ultrapassava aquele número.

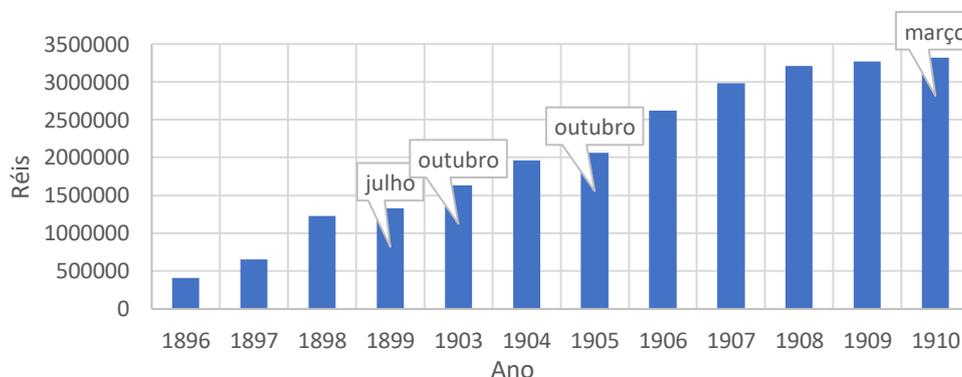
3. A Restauradora dos finais de Oitocentos às integrações do Estado Novo

3.1. Evolução financeira da associação

Analisar-se-á agora a evolução da Restauradora nos Gráficos n.º 1 e n.º 2, que representam o seu fundo social.

Antes de mais, deve-se alertar que não constam todos os anos¹⁹ devido à inexistência de dados; nos anos em que se aponta o mês é o último valor presente nas fontes relativamente a esse ano. A partir da República – Gráfico n.º 2 – a moeda é, naturalmente, o escudo.

Gráfico n.º 1 – Fundo social da ASMRA (1896-1910)



Fonte: Arquivo da ASMRA – Atas da Direção, 1896-1899; 1903-1910)

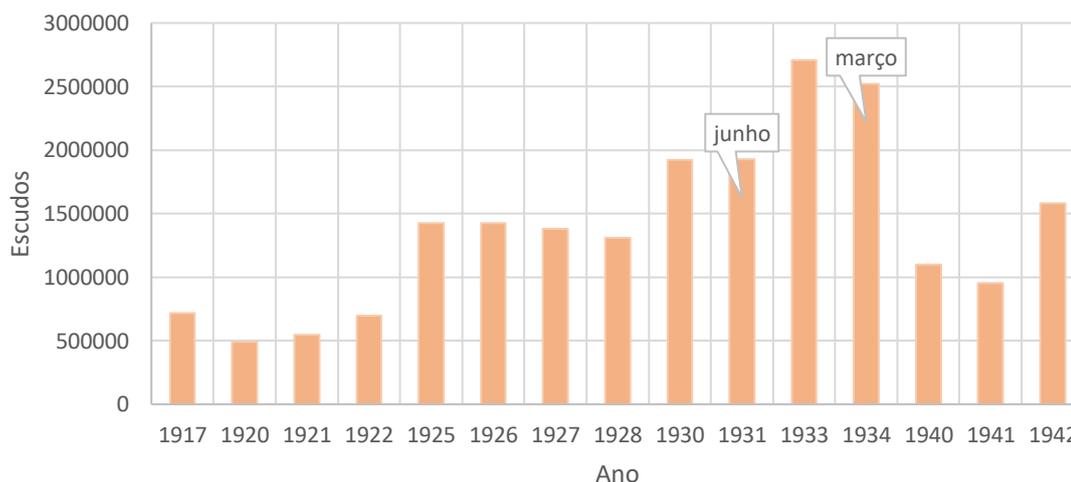
Ao atentar-se no primeiro gráfico, pode-se ver um progresso financeiro contínuo da Restauradora, sem qualquer retrocesso. Naturalmente começou com um valor diminuto de 409.935 réis, assistindo-se ao primeiro pico de 1897 para 1898, que quase duplicou o

homem de Febros e uma mulher de Soutulho. A sua ausência é justificada pela falta de data de admissão, sendo possível que tenham entrado em 1893 e 1894, respetivamente. Além disto, informa-se que um homem da Rua Nova entrado em 1894 mudou-se para Rego Pinheiro.

¹⁹ Em lacuna no Gráfico n.º 1 está os anos de 1900-1902. Em lacuna no Gráfico n.º 2 está os anos de 1918-1919, 1923-1924, 1929 e 1935-1939.

seu valor. De 1905 para 1906 existe outra subida que se diferencia das outras, culminando este progresso em 1910 no valor de 3.321.170 réis. Este crescimento da associação, assim como o seu desejo de auxiliar os associados, está também visível no facto de numa ata da assembleia geral da direção de 1898 ter sido proposto reformar os estatutos com o intuito de aumentar os donativos aos sócios devido à prosperidade da associação.

Gráfico n.º 2 – Fundo social da ASMRA (1917-1942)



Fonte: Arquivo da ASMRA – Atas da Direção, 1917-1924; 1924-1937, e Caixa 1940-1954

Atente-se, agora, ao Gráfico n.º 2, salientando-se, antes de mais, o facto de se registarem cinco lacunas no registo dos dados²⁰: a primeira que compreende dois anos, 1918 e 1919; uma segunda, também de dois anos, 1923 e 1924; dois hiatos de um só ano assinalados em 1929 e 1932; e um último vazio que se estende por cinco anos, entre 1935 e 1939.

A análise dos dados disponíveis, cruzados com as informações recolhidas acerca de outras instituições, permite tecer algumas considerações. A primeira recai sobre os valores apresentados no período cronológico do pós Grande Guerra. A crise económica em que o país se encontrou, associada à desvalorização da moeda, criou condições de tal forma adversas à robustez financeira das associações de socorros mútuos, que muitas se viram obrigadas à extinção. A Restauradora, contudo, manteve alguma segurança. Em 1917, registou um fundo social de 7.177\$83 escudos. Não existem, como referido, dados para os anos de 1918 e 1919, mas, no ano seguinte de 1920, assinalou-se alguma quebra nos valores para 4.924\$77 escudos.

²⁰ Existe, também, um hiato de sete anos por carência de dados entre o Gráfico n.º 1 e o Gráfico n.º 2.

Naturalmente, as epidemias de gripe espanhola e de tifo, que grassaram pela Europa durante estes dois anos, dilucidam sobre a maior necessidade de apoio entre os associados da Restauradora, e que levaram, inclusivamente, à venda de títulos do Banco Popular Português, como forma de fazer face às crescentes solicitações e despesas.

Uma outra possível explicação para esta perda de património, bem como para as carências no aferimento dos dados, pode estar na ata de uma reunião da direção, que teve lugar em 1922, em que vem mencionado um desfalque realizado, precisamente, entre 1918 e 1919, deixando-se clara a intenção de obrigar os corpos gerentes, em funções durante esses anos, a repor o montante em falta.

Depois deste período de défice, a associação voltou a crescer lentamente, propondo-se em 1922 uma reforma dos estatutos com o objetivo de aumentar as quotas e os benefícios dos associados. Entre 1922 e 1925 observa-se um crescimento razoável, a que se seguiu uma ligeira descida nos anos de 1927 e 1928, sendo no início deste ano decidido numa reunião da direção o aumento de 10 centavos das quotas mensais a partir de março, para equilibrar a receita e a despesa devido ao défice das contas no ano anterior. De 1928 para 1930 verifica-se um crescimento de mais de 6.000 escudos e o ano de 1931 continua com uma ligeira subida, não obstante numa reunião da direção desse ano ter sido referido que vários sócios e familiares haviam falecido, o que importou na despesa. Em 1933 volta a dar-se uma oscilação positiva, de cerca de 8.000 escudos, o que revela um momento de boa saúde financeira. Numa reunião da direção, a Restauradora chega mesmo a autoconsiderar-se talvez a melhor associação fúnebre de Avintes, se não mesmo de Gaia, devido aos benefícios que pagava comparativamente com as quotas que recebia.

Mas no ano de 1934 assiste-se a um período de nova descida, motivado pela elevada mortalidade desse ano que provocou mais despesas para a associação. Não há dados para o período de 1934 a 1940, mas sabe-se pelas atas da direção que desde 1934 até 1937 a associação vinha decaindo financeiramente, porque o cartorário e os cobradores não entregavam parte das quantias esperadas. A par disto, assistia-se ainda a uma forte mortalidade, o que também contribuiu para a despesa ser maior do que a receita e, por isso, estes anos serem acentuadamente recessivos.

Para resolver a situação, demitiu-se o cartorário, instalou-se um processo em tribunal, nomeou-se uma comissão administrativa e receberam-se os juros do título da Junta de Crédito Público, assim como se levantou dinheiro da Caixa Geral de Depósitos. Os anos de 1940 e 1941 marcam uma grande descida dos valores de caixa, para

aproximadamente 9.500 escudos, voltando a dar-se uma subida em 1942, para cerca de 16.000 escudos.

3.2. Associados e benefícios

Após a análise da evolução financeira da associação, veja-se como foi o movimento de admissão de novos sócios e de benefícios concedidos.

Quadro n.º 2 – Admissão de novos sócios da ASMRA (1896-1937)

1896-1899	1903-1910	1917-1924	1924-1937
400	794	1247	287

Fonte: Arquivo da ASMRA – Atas da Direção, 1896-1899; 1903-1910; 1917-1924; 1924-1937

No quadro n.º 2²¹ pode-se observar o número de sócios que foram admitidos em diversos períodos. Mas antes de começar a analisar deve-se dizer que estes dados mais uma vez não estão completos devido à falta de informação e em algumas atas destes períodos, sobretudo de 1924-1937, existirem várias referências a novos sócios, mas sem os quantificar, pelo que os números reais são superiores aos apresentados. Segundo o quadro, pode-se verificar sempre grandes conjuntos de pessoas a aderirem à Restauradora, exceto entre 1924 e 1937. Para além da situação de desamparo da população que provoca a adesão à associação em busca de auxílio, as explicações que se podem encontrar para um elevado número de sócios admitidos são a concessão de entrada de sócios sem o pagamento de joia, normalmente nos aniversários da Restauradora; os benefícios concedidos pela associação; e entre 1917-1924 devido à gripe espanhola de 1918-1919, pois nessa altura numerosos sócios foram aceites, muito provavelmente para precaver as dificuldades que teriam com os falecimentos devido à epidemia. Em conformidade, no final do ano de 1937, segundo uma carta enviada pelo Presidente da Comissão Administrativa ao Presidente da Comissão Liquidatária dos espólios das Extintas Associações da Classe Patronal, o número de sócios da Restauradora era de 2.861 e, segundo uma ata de uma assembleia geral extraordinária, o número de sócios da associação a 21 de junho de 1942, que é o último ano da cronologia deste trabalho, era de 3.492, assistindo-se num período inferior a cinco anos de um aumento de 631 sócios.

²¹ Em lacuna no quadro n.º 2 está os anos de 1900-1902 e 1911-1916.

Quadro n.º 3 – Benefícios concedidos aos sócios da ASMRA (1896-1937)

Benefícios	1896-1899	1903-1910	1917-1924	1924-1937
Enterro	65	63	4	78
Luto	17	8	1	26
Despesas de covato	2	0	0	1

Fonte: Arquivo da ASMRA – Atas da Direção, 1896-1899; 1903-1910; 1917-1924; 1924-1937

No quadro n.º 3²² pode-se observar os benefícios concedidos ao longo dos anos. Apesar de subsistirem alguns hiatos na informação referida, é possível constatar que os enterros são os eventos predominantemente financiados, em detrimento dos valores assinalados sob rubricas de luto e covato, tendência que se acentua no período cronológico entre 1924 e 1937.

É, contudo, importante referir que os anos anteriores a este período, transcorridos entre 1917 e 1924, foram tragicamente afetados pelo já mencionado surto epidémico, cujos efeitos devastadores se fizeram sentir entre os associados da Restauradora. O elevado valor dos benefícios atribuídos conclui-se, na ausência dos referentes dados quantitativos, dos elevados índices de mortalidade registados.

Quadro n.º 4 – Tipologias específicas de benefícios

Subsídio para enterro de menores
Subsídio para enterro de maiores
Luto e missa
Dobro do subsídio para enterro caso marido e mulher sejam ambos sócios
Funerais de maiores
Subsídio para enterro de recém-nascidos
Despesas paroquiais e de covato de maiores
Funerais de menores
Despesas paroquiais e de covato de menores

Fonte: Arquivo Distrital do Porto – Estatutos e Regulamento da ASMRA, 29.9.1900; 24.6.1916

Já no quadro n.º 4 constam os diversos tipos de benefícios concedidos pela Restauradora, por ordem decrescente de frequência, conforme os dados que se puderam apurar. Existem os subsídios para enterros de maiores e menores, que era o valor dado pela Restauradora depois de os sócios fazerem o funeral a expensas suas; o luto e a missa, apesar de nas atas as missas nunca serem referidas e estas deixarem de constar nos

²² Em lacuna no quadro n.º 3 está os anos de 1900-1902 e 1911-1916.

estatutos de 1916; depois o caso de marido e mulher serem ambos sócios da associação e, por isso, se um deles falecesse ou um dos seus filhos, eles teriam direito ao dobro do subsídio caso fizessem o funeral por sua conta; os funerais de maiores e menores, que, ao invés de serem feitos pelos sócios, recebendo depois o respetivo subsídio, eram feitos pela própria associação; o subsídio para enterro de recém-nascidos, que apenas foi contemplado nos estatutos de 1916; e, finalmente, as despesas paroquiais e de covato, que correspondiam aos valores despendidos com os coveiros.

De seguida, apresenta-se os valores destes benefícios, segundo os estatutos.

Quadro n.º 5 – Valores dos benefícios concedidos aos sócios da ASMRA (1910, 1926)

Benefícios	Estatutos	Estatutos
	29-11-1900	24-6-1916
Funerais maiores	até 12.000 réis	até 14\$00
Funerais menores	até 6.000 réis	até 7\$00
Luto e missa	4.500 réis	5\$00
Despesas paroquiais e de covato de maiores	2.000 réis	3\$50
Despesas paroquiais e de covato de menores	1.500 réis	2\$00
Subsídio para enterro de maiores	8.000 réis	12\$00
Subsídio para enterro de menores	4.000 réis	5\$50

Fonte: Arquivo Distrital do Porto – Estatutos e Regulamento da ASMRA, 29.9.1900; 24.6.1916

4. Integrações da década de 1940

No que diz respeito às integrações ocorridas no início dos anos 1940, verifica-se que o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência incentivou as associações Restauradora, Senhora das Necessidades Avintense e Avintense a reunirem-se com o intuito de se fundirem, situação prevista na lei n.º 1884, mesmo contra a sua vontade, como foi o exemplo da Avintense, a que não considerava este processo necessário e, se tal tivesse de ocorrer, defendia que as restantes deviam integrar-se nela. No entanto, acabou por concordar, e todas se fundiram na Restauradora. Os dirigentes de estas três associações compreenderam as vantagens destas fusões, o que levou à integração da Associação de Socorros Mútuos Avintense e Serviço Fúnebre Familiar para Ambos os Sexos e da Associação de Socorros Mútuos Senhora das Necessidades Avintense na Restauradora, que por força da fusão se dissolveram em agosto de 1942²³.

²³ A Associação de Socorros Mútuos Avintense e Serviços Fúnebres Familiares para Ambos os Sexos se dissolveram conforme portaria publicada no *Diário do Governo*, n.º 183, 2ª Série, de 7 de agosto de 1942. Já a fusão da Associação de Socorros Mútuos Senhora das Necessidades Avintense foi motivada pelo ofício

A união das associações de socorros mútuos assegurava a criação de uma única associação, sem concorrência. Isto disciplinava a vida das associações de socorros mútuos, pois o seu número de associados aumentava, enquanto os encargos diminuían, permitindo o crescimento do seu fundo social.

Segundo as atas das reuniões, os estatutos seguintes contemplariam a descida do preço das quotas e os benefícios tenderiam a aumentar. No entanto, não se pode esquecer que estas fusões deram-se durante o Estado Novo, ou seja, num regime “visceralmente avesso a todo o tipo de liberdades”²⁴ e ao próprio associativismo, embora o mutualista não tivesse sido eliminado pois tinha uma função social de auxílio aos mais carenciados que o Estado não podia nem queria desprezar. No entanto, a intromissão do Estado nas associações aconteceu através de fiscalizações e de nomeações de comissões administrativas, enquanto até aqui as assembleias gerais detinham poder para resolver internamente, ou judicialmente se necessário, os seus problemas.

A acrescentar às fusões referidas acima, também a Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar Nossa Senhora do Rosário de Santa Marinha de Crestuma, por intervenção do Instituto Nacional do Trabalho, foi integrada na Restauradora²⁵. Desta forma, aumentaram os benefícios para os associados desta terra, tendo sido criada uma secção da Restauradora em Crestuma para não afetar os subsídios dos sócios dessa freguesia.

Conclusão

Pode-se concluir, então, que a Restauradora veio disciplinar o mutualismo em Avintes (facto que corrobora o estudo de José Manuel Araújo), de forma a auxiliar da melhor maneira os seus sócios, já que parte da população avintense vivia em extremas dificuldades (demonstrado no estudo de Barbosa da Costa, Paulo Costa e de José Vaz). A evolução da Restauradora ao longo dos tempos foi positiva, o que se comprova pelas numerosas novas adesões e pela sua saúde financeira, pese embora se detetem períodos de recessão e de expansão motivados por circunstâncias internas e externas à associação. No entanto, apesar das dificuldades que a Restauradora passou, esta instituição manteve-se genericamente próspera ao longo das décadas e afirmou-se como a mutualista mais

n.º 3312 do Instituto Nacional do Trabalho de 7 de agosto, conforme *Diário do Governo*, 2ª Série, de 6 de agosto de 1942.

²⁴ ROSENDO, Vasco – *O Mutualismo em Portugal...* p.14.

²⁵ Conforme publicação no *Diário do Governo*, n.º 229, 2ª Série, de 30 de setembro de 1942.

importante de Avintes, inclusive a associação aglutinadora quando se deram as fusões de 1942.

Assim, face ao escasso conhecimento que existe sobre a Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes, este trabalho de investigação contribui para conhecer mais detalhadamente o primeiro meio século desta associação, aliás crucial para o entendimento da história desta associação que completará em breve 126 anos.

Deixa-se como pista em aberto a possibilidade de estudar esta associação ao longo de toda a sua existência, incidindo em aspetos que agora não puderam ser analisados, nomeadamente o inventário da associação, os seus corpos gerentes e os esboços biográficos das personalidades mais relevantes para a vida da associação.

Fontes

Fontes arquivísticas

Arquivo da Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes:

Atas da Direção Restauradora (1896-1899);

Atas da Direção Restauradora (1903-1910);

Atas da Direção Restauradora (1917-1924); Atas da Direção Restauradora (1924-1937);

Atas das Assembleias Gerais da Restauradora (1893-1900);

Atas das Assembleias Gerais da Restauradora (1921-1936);

Atas das Assembleias Gerais da Restauradora (1942-1954);

Atas das Assembleias Gerais da Associação de Socorros Mútuos Avintense e Serviço Fúnebre Familiar para Ambos os Sexos (1936-1942);

Atas das Sessões Solenes da Comissão Administrativa da Nova Associação Restauradora para Socorros e Enterros de Avintes;

Caixa Restauradora (1940-1954);

Livro de Atas da Comissão Administrativa da Restauradora (1937-1944);

Livro para Atas de Comissões extraordinárias (1896-1937);

Quotas Restauradora (1893-1894).

Arquivo Distrital do Porto:

Carta da Comissão Administrativa da Restauradora para o Presidente da Comissão Liquidatária dos espólios das Extintas Associações da Classe Patronal (18.03.1940);

Estatutos da Associação de Socorros Mútuos Restauradora para Enterros de Ambos os Sexos de Avintes de 29 de novembro de 1900;

Estatutos da Associação de Socorros Mútuos Restauradora para Enterros de Ambos os Sexos de Avintes de 24 de junho de 1916.

Fontes hemerográficas:

O Comércio de Gaia. Gaia, 1897.

O Grilo de Gaia. Gaia, 1893, 1895.

Bibliografia

AMARAL, Ana Filomena Leite – *Avintes na Margem Esquerda do Douro*. Avintes: Junta de Freguesia de Avintes, 1993.

ARAÚJO, José Manuel – Associação de Socorros Mútuos de Avintes. A Restauração da Restauradora. *Caminho Novo*. nº 33 (2017) p. 20-21.

COSTA, Barbosa da; COSTA, Paulo; VAZ, José – *De Abientes a Avintes*. Avintes: Audientis, 2009. ISBN 978-989-96116-0-3.

COSTA, Francisco Barbosa da – *Instituições do Distrito do Porto*. Porto: Governo Civil, 2005. ISBN 972-99221-1-X.

GOMES, Joaquim Costa – Vida Colectiva Avintense. *Bombeiros Voluntários de Avintes*. Avintes, p. 45-48.

GONDIM, Inocêncio Osório Lopes – *Avintes e as suas Antiguidades*, 2.^a ed. Avintes: Junta de Freguesia de Avintes, 1990.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*. 13.^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 1998. ISBN 972-23-2334-2. Vol 3.

ROSENDO, Vasco – *O Mutualismo em Portugal: Dois Séculos de História e suas Origens*. Lisboa: Montepio Geral, 1996. ISBN 972-96985-0-3.